

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Vera Maria Vidal Peroni¹

RESUMO

Este trabalho apresenta uma parte do estudo acerca das mudanças, deste período particular do capitalismo e no papel do Estado, que redefinem as fronteiras entre o público e o privado e algumas parcerias em educação que materializam esta proposta. Analisa a relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o "culpado" pela crise é o Estado, e as estratégias que propõem o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência. Com a parceria público/privada e o fortalecimento do terceiro setor, o privado acaba influenciando ou definindo o público, não mais apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação.

Palavras-chave: terceira via; parceria público-privada na educação; políticas educacionais; gestão democrática; redefinições no papel do estado.

Este trabalho pretende debater a parceria público-privada como uma das políticas propostas pela Terceira Via em um contexto histórico de aprofundamento das desigualdades e de redefinições no conceito de igualdade social e democracia. Para a teoria neoliberal, está muito explícita a retirada do Estado das políticas sociais universais, a ênfase no lucro, a mercantilização da sociedade e a conseqüente desigualdade social. Já para Terceira Via, a análise deve ser mais detalhada, pois em um primeiro momento parece ser ou muito democrática ou igual ao neoliberalismo. É importante destacar que as desigualdades são aprofundadas em um contexto

¹ Vera Maria Vidal Peroni é doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) <veraperoni@yahoo.com.br> <http://www.ufrgs.br/faced/peroni/>

em que ao mesmo tempo em que a reestruturação produtiva e a globalização financeira diminuem postos de trabalho, também as políticas sociais são minimizadas, como consequência do diagnóstico do neoliberalismo, de que a crise está no Estado, que gastou muito atendendo as demandas sociais.² A Terceira Via concorda com esse diagnóstico, mas propõe como alternativa ao Estado mínimo e a privatização estrita, a reforma do Estado e a parceria público-privada.

A TERCEIRA VIA

A atual social democracia foi batizada de Terceira Via por ser uma proposta alternativa ao neoliberalismo e à antiga social democracia. Como afirma Giddens:

(...) Terceira Via se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a social democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das últimas duas ou três décadas. É uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo. (GIDDENS, 2001, p. 36).

Conforme Antunes (1999), a discussão sobre a Terceira Via ocorre quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa ao Neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social democracia. Segundo o autor, o Novo Trabalhismo “associa a preservação da social democracia e elementos básicos do Neoliberalismo”. (ANTUNES, 1999, p. 95).

Para Giddens, “os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas, historicamente, têm sido ávidos para expandi-lo. A Terceira Via afirma que é necessário reconstruí-lo”. (GIDDENS, 2001, p. 80).

Ao ser questionado sobre o que é a Terceira Via, Anthony Giddens afirma que:

É fácil explicar o que é a terceira via. É um rótulo para discussões que ocorrem no mundo sobre como construir

² Assuntos que tratamos em textos anteriores: Peroni (2003, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2008c)

políticas de centro-esquerda, responsáveis pelas grandes mudanças na sociedade global. Sabemos agora que as duas tradições mais antigas: o socialismo tradicional, com espaços na propriedade coletiva, e o gerenciamento econômico keynesiano não são mais relevantes. Mas também sabemos que não faz sentido tratar o mundo como um gigantesco mercado. A “segunda via” chegou a um beco sem saída. É uma filosofia incompleta, não tem uma justiça social. Procuramos uma política diferente. É um debate aberto no mundo todo. Não há um programa fechado, mas há uma série de princípios comuns, que se aplicam à maioria dos países. Claro que países diferentes têm projetos diferentes, diferentes histórias. E não há um único esquema que se aplique a todos. Mas há uma série de princípios que se pode chamar de terceira via, mas não é preciso usar a expressão “terceira via”. Não é preciso usá-lo – é redundante – se não quiser. O que falamos é na modernização da centro-esquerda, modernização da filosofia e prática política da esquerda e centro. (<http://www.rodaviva.fapesp.br/> acesso em 7/5/2009)

Portanto, para Giddens (2007) a Terceira Via, também chamada de democracia social democratizadora ou esquerda democratizadora, refere-se ao modo como os partidos de centro-esquerda respondem às mudanças, que podem ter muitas diferenças, mas tem como pontos em comum:

- 1. Reforma do governo e do Estado é prioridade. “Os socialdemocratas modernizadores devem evitar a tradicional estratégia esquerdista de confiar mais e mais tarefas às mãos do Estado”, mas adverte que “não equivale a degradar instituições públicas” (GIDDENS, 2001, p. 23), como propõe o neoliberalismo. A recomendação é restaurar e renovar instituições públicas e tornar o governo transparente, voltado ao consumidor e ágil.**
- 2. O Estado não deve dominar nem o mercado, nem a sociedade civil, embora precise regular e intervir em ambos. “Um Estado forte, contudo, não é o mesmo que um Estado grande” (GIDDENS, 2001, p. 24), mas por outro lado os “mercados geram inseguranças e desigualdades que requerem a intervenção ou**

regulação do governo para serem controladas ou minimizadas" (GIDDENS, 2001, p. 125)

3. Papel central da sociedade civil. A sociedade civil moderna é identificada com o empreendedorismo.
4. Novo contrato social vinculando direitos a responsabilidades; o autor critica a antiga social democracia por tratar mais dos direitos.
5. Criar uma sociedade igualitária. É importante observar que o autor critica o que chama de redistribuição econômica passiva e conceitua "igualitarismo fundado em ativos pessoais, baseado no investimento em habilidades e capacidades", (GIDDENS, 2001, p. 27).
6. Criação de uma economia dinâmica, mas de pleno emprego. Neste item, o autor ressalta a importância do investimento em educação e as parcerias entre o governo e a sociedade civil.
7. As políticas social e econômica devem estar conectadas. Giddens critica a esquerda pelo foco na redistribuição, aumentando a tributação e a direita neoliberal, pois tudo era em função da eficiência econômica e a redução da tributação. E questiona os direitos sociais e trabalhistas.
8. Estado de Bem estar sustentável. São enfatizadas as mudanças nos costumes e os problemas herdados nos períodos anteriores, ressaltando que deve ser encontrado o equilíbrio entre direitos e sustentabilidade.
9. Políticas ativas para combater o crime.
10. Política ecológica.
11. Capitalismo responsável. O autor propõe regular os custos sociais e ambientais, impostos pelo mercado. Defende que as empresas devem assumir obrigações sociais e que deve haver uma regulamentação nacional e internacional para as corporações.

Estes são os pontos em comum apresentados por Giddens (2007) para a atual social democracia. Verificamos que a questão central permanece a mesma, de ser o centro, assumindo posições em alguns momentos mais à esquerda ou à direita, de propor reformas no limite do capitalismo e com vistas a fortalecê-lo.

É importante destacar que o conceito de sociedade civil modernizada quer dizer bem sucedida no mercado, já que defende o empreendedorismo. E é a essa parcela da sociedade civil que o

Estado deve incentivar para que assuma as políticas sociais, passando a ser um mero financiador:

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas (GIDDENS, 2007, p. 26).

O autor defende um novo modelo social europeu baseado no empreendedorismo, no investimento em tecnologia, capital humano e na flexibilidade no mercado de trabalho. É possível observar que são princípios e ações para países de Bem Estar consolidado, que ao adaptar-se aos ditames da reestruturação produtiva, aprofundarão os custos sociais e o aumento das desigualdades. Destacamos que o agravamento é ainda maior em países que não tiveram o Estado de Bem Estar como o Brasil, para onde esta agenda é simplesmente transposta.

Ainda conforme Giddens, o objetivo geral da Terceira Via “deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções do nosso tempo: Globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (GIDDENS, 2001, p. 74). O que consideramos uma concepção individualista, já que cada indivíduo vai abrir o seu caminho e as transformações vão se dar na esfera pessoal e não societária.

Harvey (2008) destaca que no nosso período histórico as questões das liberdades individuais trouxeram perdas para um projeto societário de justiça social e mais coletivo:

“(...) os valores ‘liberdade individual’ e ‘justiça social’ não são necessariamente compatíveis. A busca da justiça social pressupõe solidariedades sociais e a propensão a submeter vontades, necessidades e desejos à causa de uma luta mais geral em favor de, por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental”. (HARVEY, 2008, p. 51)

A citação de Giddens sobre o individualismo não é uma posição isolada ou periférica, é parte da concepção de igualdade defendida pela Terceira Via, como trataremos no próximo item.

A IGUALDADE/DESIGUALDADE PARA A TERCEIRA VIA

Neste item, traremos o debate acerca do conceito de igualdade proposto por autores da Terceira Via. Para Giddens (2007), “os socialdemocratas precisam revisar não apenas sua abordagem, mas também seu conceito de igualitarismo (...) não há futuro para o igualitarismo a todo custo, que absorveu por tanto tempo os esquerdistas” (GIDDENS, 2007, p. 253). O autor defende o conceito de capacidade social, defendendo que a igualdade não se refere apenas a ter acesso aos bens, mas fazer uso efetivo deles.

Para Mark Latham (2007), “o governo precisa subsidiar a cidadania ativa e não adular inativos” (LATHAM, 2007, p. 54), os dias de benefício social irrestrito precisam ter fim. O Estado deve ser um facilitador, como um habilitador, envolvido no custeio e na regulamentação dos serviços, mas não na sua prestação.

Sobre a desigualdade, Giddens afirma: “Os socialdemocratas em todos os países precisam sustentar uma base tributária substancial para que as políticas públicas e bem estar social sejam custeadas e a desigualdade econômica seja mantida sob controle” (GIDDENS, 2007, p. 264). No entanto, o autor defende a filantropia quando afirma que “incentivos positivos para a filantropia, por exemplo, podem ter um papel tão significativo quanto os impostos diretos sobre a transmissão de riqueza” (GIDDENS, 2007, p. 266).

Stephen Driver e Luke Martel (2007) afirmam que o novo partido trabalhista deve atender ao bem estar dos trabalhadores sem pressupor que os governos prestem serviços públicos diretamente. Estes poderiam ser prestados pelo setor privado ou voluntário.

Giddens (2007) usa como a definição de pobreza como 50% ou menos da renda mediana e usa como exemplos pesquisas em países de Bem Estar Social, para argumentar que é maior o número de pessoas que passam pela pobreza em algum momento da vida, do que os que permanecem na pobreza. Situação muito diferente dos países que nunca tiveram no horizonte políticas sociais universais ou de pleno emprego, como o nosso.

A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO ATUAL

O atual contexto é chamado por Harvey de neoliberalização, por ser a materialização da teoria neoliberal, com contradições e limites

apontados pela própria teoria. Para o autor a neoliberalização não conseguiu estimular o crescimento mundial, e apresenta dados:

(...) as taxas de crescimento que nos anos 1960 eram de 3,5% passaram a 1, 4% nos anos 1980 e 1,1% na década de 1990 e a partir de 2000 mal alcança 1%. Nos países que se submeteram à terapia de choque as perdas foram ainda maiores. Uma grande parcela da população caiu na pobreza e a população do sexo masculino sofreu uma redução de 5 anos, indicadores globais de saúde expectativa de vida e mortalidade infantil mostraram perdas e não ganhos a partir dos anos 1960. (HARVEY, 2008, p. 168)

Ainda segundo o autor, a economia informal cresceu em todo o mundo, na América Latina passou de 29% em 1980 para 44% na década de 1990.

As conseqüências para a desigualdade social são muitas, já que ao mesmo tempo em que aumentou a pobreza, "do ponto de vista das classes altas a neoliberalização foi um sucesso e restabeleceu o poder de classe das elites dirigentes". (HARVEY, 2008, p. 169)

Neste contexto de aprofundamento da desigualdade social no atual período do capitalismo, Harvey (2008) denuncia a individualização e a culpabilização dos sujeitos:

Se as condições entre as classes inferiores pioraram, é que elas fracassaram em geral por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano (por meio da dedicação à educação, da aquisição de uma ética de trabalho protestante, da submissão à disciplina do trabalho, da flexibilidade e de outras coisas desse tipo). Em suma, surgiram problemas particulares por causa da falta de vigor competitivo ou por deficiências pessoais, culturais e políticas. (Harvey, 2008, p. 169)

E A DEMOCRACIA?

O Neoliberalismo tem profundas críticas à democracia, pois atrapalha o livre andamento do mercado ao atender a demanda dos eleitores para se legitimar, provocando o déficit fiscal. Harvey destaca

que os teóricos neoliberais criticam a democracia: "a governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades institucionais" (HARVEY, 2008, p. 77). E questiona a falta de controle social dos Organismos Internacionais: "os neoliberais têm de impor fortes limites à governança democrática, apoiando-se em vez disso em instituições não democráticas e que não prestam contas a ninguém (como o Banco Central norte americanos e o FMI) para tomar decisões essenciais" (HARVEY, 2008, p. 80) .

Para a Terceira Via, a democracia deve ser fortalecida. Giddens (2001) argumenta que é preciso democratizar a democracia. Mas é um conceito de democracia e participação em que a sociedade deve assumir a execução de tarefas que deveriam ser de responsabilidade do Estado. Assim, verificamos uma separação entre o econômico e o político (WOOD, 2003), o esvaziamento da democracia como luta por direitos e das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. (PERONI, 2008)

O Terceiro Setor, para Montañó (2002), modifica a questão social. Primeiro, com a transferência da responsabilidade da questão social do Estado para o indivíduo, que a resolverá através da auto-ajuda, ajuda mútua ou, ainda, adquirindo serviços como mercadorias. Segundo, as políticas sociais passam a ser focalizadas, perdendo, assim, seu princípio universalista. Terceiro, com a descentralização administrativa, as políticas tornam-se ainda mais precarizadas, entre outros problemas, porque são transferidas as competências sem os recursos correspondentes e necessários para executá-las.

E, ainda, tem-se a falsa idéia de que a sociedade civil está participando, quando, na realidade, as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal. (PERONI, 2006b)

Wood destaca, ainda, que o conceito de democracia em uma sociedade sob a hegemonia do capitalismo não pode ser visto em abstrato, pois afinal: "É o capitalismo que torna possível uma forma de democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo sobre as desigualdades ou sobre as relações de dominação e de exploração em outras esferas" (WOOD, 2003, p. 193).

Essa análise de Elen Wood encaminha as discussões de como, neste período particular do capitalismo, por um lado avançamos na tão batalhada democracia, mas por outro, há um esvaziamento das

políticas sociais, principalmente das políticas sociais como um direito universal. Aumentou, portanto, a separação entre o econômico e o político, historicamente presente no capitalismo.

O esvaziamento do conteúdo da democracia e a separação entre o econômico e o político são evidentes. Perdeu-se a discussão das políticas sociais como a materialização de direitos sociais. As lutas e conquistas dos anos 1980, de direitos universais, deram lugar à naturalização do possível, isto é, se um Estado "em crise" não pode executar políticas, repassa para a sociedade civil, que vai focalizar nos mais pobres para evitar o caos social. O Estado apenas repassa parte do financiamento, e avalia. (PERONI, 2008a)

O DIAGNÓSTICO DE QUE A CRISE ESTÁ NO ESTADO E AS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO: PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA E MUDANÇAS NA GESTÃO PÚBLICA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O APROFUNDAMENTO DA DESIGUALDADE

O nosso foco é a relação entre o público e o privado como consequência do diagnóstico de que a crise está no Estado. Como materialização desta relação, destacamos a parceria entre o público e o privado e as mudanças na gestão pública, tendo como parâmetro o mercado,³ principalmente com o argumento de melhorar a qualidade do público.

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, de que a crise está no Estado, que gastou mais do que podia em políticas sociais e provocou a crise fiscal, só que a estratégia de superação da crise para os neoliberais é a privatização e para a Terceira Via é o Terceiro Setor.

O neoliberalismo propõe o Estado mínimo e a Terceira Via propõe reformar o Estado e repassar tarefas para a sociedade civil, sem fins lucrativos. Os dois querem racionalizar recursos e diminuir os gastos do Estado com as políticas sociais e diminuir o papel das Instituições públicas, que como vimos no diagnóstico neoliberal, são permeáveis à correlação de forças, o que eles chamam de rent seeking, além do que, o Estado foi diagnosticado como ineficiente e o "culpado" pela crise. Como a Terceira Via não rompe com este

³ Como consequência do mesmo diagnóstico, também o mercado como parâmetro do público é partilhado pelo neoliberalismo e pela terceira via.

diagnóstico, ela propõe repassar para a sociedade civil as políticas sociais executadas pelo Estado que historicamente foram conquistadas da sociedade civil organizada em sindicatos e movimentos sociais. (PERONI, 2007)

A ideia é a parceria público-privada, tanto para a execução das políticas sociais como para o mercado, através de uma nova economia mista que propõe “uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001, p. 109).

No Brasil, o Plano Diretor da Reforma do Estado, após diagnosticar que o Estado de acordo com o documento, a “reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (BRASIL, MARE, 1995, p. 12).

As estratégias apontadas pelo Plano são: a privatização, a publicização e a terceirização. Terceirização, conforme Bresser Pereira, é o processo de transferência para o setor privado dos serviços auxiliares ou de apoio. A publicização consiste “na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta” (PEREIRA, 1997, p. 7). E a privatização consiste no repasse para o setor privado das atividades lucrativas. O Plano propõe ainda a gestão gerencial, visando ao atendimento do cidadão cliente.

Podemos observar a materialização desta proposta no caso do estado do Rio Grande do Sul, com a agenda 2020, movimento liderado pelos empresários, iniciado em 2006 para traçar uma agenda para o poder público gaúcho executar nos próximos 20 anos. As grandes áreas são: Desenvolvimento de Mercado, Desenvolvimento Regional, Inovação e Tecnologia, Gestão Pública, Infra-Estrutura, Educação, Saúde, Ambiente Institucional, Disponibilização de Recursos Financeiros, Cidadania e Responsabilidade Social, Meio Ambiente

Na gestão pública, que nos interessa mais de perto, os projetos são: Projeto Reforma da Previdência, Projeto Estudar a retirada do Estado de serviços de mercado, Projeto Publicização de Serviços Não Exclusivos do Estado, Projeto Teto Salarial e Lei

de Responsabilidade Fiscal, Projeto Transparência na Gestão Pública e nos serviços delegados, Projeto Implementação das PPPs, Projeto Reforma Administrativa, Projeto Modernização da Administração Pública Estadual (Gestão e Qualidade).

O Projeto Publicização de Serviços Não Exclusivos do Estado, inclusive, apresenta fases de implementação como a legislação sobre o tema proposta por eles e já aprovada no ano passado. Verificamos que a definição de publicização da Agenda 2020 é a mesma do Documento do MARE (1995):

A publicização trata da migração de parte da gestão dos órgãos prestadores de serviços não exclusivos de Estado (nas áreas da arte e cultura, pesquisa, meio ambiente, esportes, assistência social, educação e saúde) para entidades públicas de direito privado, cujo protótipo são as Fundações, veladas pelo Ministério Público - chamadas Organizações Sociais; (<http://agenda2020.org.br/acesso> em 1/5/2009).

Conforme a agenda 2020 "(...) Separar o conceito de "prover" e de "produzir", isto é a responsabilidade e dever de prover estes serviços continuam sendo do Estado.

A educação também está na agenda de publicização "(...) Em áreas críticas, como educação e saúde, a publicização deve ser trabalhada em fases, através de projetos-piloto que comprovem a eficiência e continuidade destes serviços pelas Organizações Sociais".

Na educação, a proposta é o Projeto Educação Básica de Qualidade:

Com o diagnóstico de que o "RS precisa melhorar seus índices de desempenho escolar no cenário nacional conforme revelam os indicadores nacionais de educação do ensino fundamental e médio". A proposta da Agenda 2020 é "que o RS garanta uma educação básica de qualidade para todas as crianças e jovens gaúchos". Não fica claro quem é o RS que deve garantir esta qualidade. A agenda apresenta como objetivos estratégicos, conforme informações da agenda na página <http://agenda2020.org.br/acesso> em 1/5/2009:

- Modernizar e aumentar a eficiência da gestão pública com adequação do tamanho do estado;
- Investir na valorização e qualificação dos professores;
- Definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade;
- Capacitar para o empreendedorismo, gestão e qualidade, e inovação e tecnologia;
- Estabelecer e executar políticas de fomento e incentivo à inovação e tecnologia;
- Buscar maior integração entre empresas, instituições de pesquisa, universidades e Governo;
- Garantir transparência na gestão pública através de um sistema de monitoramento pela Sociedade;
- Garantir o cumprimento e a estabilidade das regras;
- Incentivar e garantir meios de participação da Sociedade na Gestão Pública;

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO

As mudanças no papel do Estado redefinem as fronteiras entre o público e o privado principalmente através do público não estatal e da gestão gerencial, proposta pelas parcerias.

Apresentaremos algumas parcerias em andamento em redes públicas de educação do Rio Grande do Sul, que materializam a proposta de parceria público privada, com a lógica empresarial influenciando o ensino público. São muitas as parcerias em andamento, mas para exemplificar, apresento duas que tem um caráter mais nacional, o Instituto Unibanco, com o governo do estado do RS e o Instituto Ayrton Senna, com uma rede municipal, por ser objeto da pesquisa que estamos realizando há vários anos.

PROJETO JOVEM DE FUTURO: PARCERIA ENTRE A SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E O INSTITUTO UNIBANCO

O Instituto Unibanco se apresenta como:

braço social do conglomerado Unibanco, a instituição foi criada em 1982 e é responsável pelas iniciativas de cidadania corporativa da organização, concentrando

As parcerias público-privadas... - Vera Maria Vidal Peroni

suas atividades em apoio à juventude, nas áreas de educação, trabalho e responsabilidade socioambiental. Suas iniciativas visam a aumentar o capital humano de jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da implantação de projetos que influenciem as políticas públicas.

É interessante observar que o Instituto apresenta como missão: “Contribuir para o desenvolvimento humano de jovens em situação de vulnerabilidade”. O termo missão já é embasado em teorias gerenciais, mas o que é mais interessante para a nossa discussão aqui é que o Instituto pretende influenciar na efetividade das políticas públicas, como podemos observar quando apresenta a visão: “Concebendo, validando e disseminando princípios e tecnologias sociais que contribuam para aumentar a efetividade de políticas públicas” e também o público alvo: “jovens cursando escolas públicas de Ensino Médio.” Quer dizer, o Instituto quer influenciar a escola pública, enquanto instituição.

São vários os projetos em andamento, mas apresentaremos o Projeto Jovem de Futuro por estar sendo implementado no Rio Grande do Sul e já termos depoimento de professores coordenadores pedagógicos sobre as conseqüências do projeto para a autonomia da escola e do professor. O projeto visa a:

Oferecer, a escolas públicas de Ensino Médio Regular, apoio técnico e financeiro para a concepção, implantação e avaliação de um plano de melhoria de qualidade, com duração de três anos, que vise, através de estratégias de incentivo a professores e alunos e de melhoria do ambiente físico, aumentar significativamente o rendimento dos alunos, nos testes padronizados de Português e Matemática, e diminuir os índices de evasão. (<http://www.unibanco.com.br/acesso> em 6/5/2009)

As principais metas apresentadas pelo Programa Jovem de Futuro são:

Aumentar em 50% as médias de desempenho no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) da terceira

As parcerias público-privadas... - Vera Maria Vidal Peroni

série dos alunos das escolas públicas de ensino médio participantes do projeto e reduzir em 40% os índices de evasão escolar.

Melhorar as condições da prática docente e do ambiente educativo para transformar a escola em um ambiente onde respeito, solidariedade e disciplina estejam sempre presentes, apoiar a gestão participativa e guiada por resultados, melhorar o ambiente físico da escola e promover uma cultura de avaliação, também são objetivos do projeto. (<http://www.unibanco.com.br/> acesso em 6/5/2009).

Para implementar o Projeto Jovem de Futuro, o Instituto Unibanco disponibiliza recursos técnicos e financeiros que serão utilizados em cada escola de acordo com as necessidades definidas no Plano Estratégico de Melhoria de Qualidade. Os recursos são voltados ao incentivo de alunos e professores e à melhoria da infraestrutura da escola:

Incentivos para professores: atividades de capacitação docente, premiação por desempenho, fundos de apoio a projetos pedagógicos. (grifo da autora)

Incentivos para alunos: monitoria, programa de tutoria com universitários, fundo de apoio a atividades e projetos promovidos por alunos, premiação por desempenho escolar ou resultado em competições, acesso a atividades culturais, acesso à participação em programas de qualificação profissional. (grifo da autora)

Melhoria da infra-estrutura física da escola: pequenas reformas, aquisição de material didático, aquisição e manutenção de equipamentos.

É possível observar que a premiação por desempenho é entendida como incentivo, bem dentro da lógica mercantil. Em escolas carentes de tudo, professores com baixíssimos salários e alunos em condição social precária, o Instituto acaba entrando com a sua proposta pedagógica, de gestão sem grandes resistências. Questionamos se não é uma forma de privatização da escola pública e uma forma de comprar políticas, princípios, enfim, o que Harvey chama de a mercadificação de tudo.

O Projeto, a partir de 2008, é executado em: São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, sendo 4 escolas em SP (5 275), 25 escolas em POA (40 824) e 20 escolas em BH (35 969), num total de 82.068 alunos participantes.

É interessante destacar que a página do Instituto Unibanco remete para o Espaço Terceiro setor, onde apresenta a legislação dos incentivos fiscais em nível federal e de alguns estados e municípios, isto é, dá pistas de como o terceiro setor pode ser financiado não apenas com recursos diretos do Estado, mas com a renúncia fiscal, em que as empresas deixam de pagar impostos que iria um percentual para a educação, para financiar as atividades do terceiro setor.

(http://www.serasa.com.br/cidadania/terceirosetor/terceirosetor_incentivos.htm/acesso em 5/5/2009)

PARCERIA IAS COM REDES MUNICIPAIS

Sobre a parceria do IAS com redes públicas no RS, desde 2006 desenvolvemos a pesquisa "Reconfigurações do Estado: conexões entre o público e o privado", realizada em municípios do Rio Grande do Sul, por pesquisadores do Núcleo de Política e Gestão da Educação da UFRGS, que visa a analisar as mudanças ocorridas no papel do Estado e as conexões entre o público e o privado, através do estudo dos Programas da Rede Vencer, coordenados pelo Instituto Ayrton Senna (IAS), desenvolvidos em duas redes municipais do Rio Grande do Sul.

O IAS é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em novembro de 1994, cuja meta principal é "trabalhar para criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros, em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs" (<http://senna.globocom/institutoayrtonsenna/>).

O IAS possui um sistema próprio de cadastro das informações relativas à educação, o Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações (SIASI). Os dados sobre o desempenho dos alunos, frequência e cumprimento das metas de alunos e professores são repassados mensalmente. As escolas enviam os dados para a Secretaria Municipal, que repassa ao SIASI. O município paga uma taxa para colocar os dados neste sistema.

As parcerias público-privadas... - Vera Maria Vidal Peroni

Os Programas da Rede Vencer visam ser uma solução para a educação pública, pois partem do pressuposto da ineficiência do público, e por isso introduzem políticas de acompanhamento de resultados das aprendizagens dos alunos, objetivando o fortalecimento das lideranças e equipes de trabalho, tanto nas unidades escolares como nas Secretarias de Educação, a fim de qualificar o desempenho escolar de jovens e crianças (In <http://senna.globo.com/institutoayrtonse>. Acesso em 11/04/08).

O Programa deve ter um coordenador que gerencia as escolas, professores, supervisores e alunos. A capacitação da equipe local enfoca basicamente a sistemática operacional do Programa.

O acompanhamento do trabalho dos professores ocorre por meio de visitas semanais do supervisor e participação dos professores em reuniões quinzenais para avaliação, troca de experiências e planejamento junto com outros professores, sempre acompanhados do supervisor. Ainda há os cursos à distância de capacitação para os professores.

A procura por estas parcerias muitas vezes parte de um diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber tudo pronto, como podemos verificar na argumentação de Viviane Senna:

Os materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que um mesmo professor inexperiente, ou com preparação insuficiente – como é o caso de muitos professores no Brasil - seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade, com elevado grau de participação dos alunos na sala de aula, na escola e na comunidade. (SENNÁ 2000, p. 146).

O processo de construção da gestão democrática é prejudicado, pois o IAS define o que deve ser feito desde o Secretário de Educação até os professores e alunos. Questionamos o que significa o sistema público abrir mão de suas prerrogativas de ofertar educação pública de qualidade e comprar um produto pronto, desde o currículo escolar – já que, as aulas vêm prontas e os professores não podem modificá-la – até a gestão escolar (monitorada por um agente

externo), e transformar os sujeitos responsáveis pela educação em burocratas que preenchem muitos papéis. Isto, inclusive, contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no que se refere à gestão democrática da educação:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

Os municípios pagam o material, e ainda envolvem toda a rede de ensino público, já que professores, coordenadores pedagógicos, diretores, quadros das secretarias de educação, todos, enfim, passam a definir suas atividades em função das determinações do Instituto, tanto na área de gestão, como na pedagógica, redefinindo assim o espaço público e sua autonomia. Concordamos com Laval, quando afirma que: “Embora a escola seja essa instituição especializada na transmissão de saberes, ela participa da educação ‘fato social total’ que engaja todas as dimensões humanas e que é o domínio, por excelência do complexo” (LAVAL, 2004, p. 210).

É importante retomar essa discussão, pois são projetos societários em disputa, e afinal a questão “não pode ser sociedade civil versus Estado, pois, dessa forma, haverá o deslocamento do eixo central, que é a correlação de forças entre projetos de sociedade, para a perpetuação ou a superação da sociedade do capital”. (PERONI, 2006^a, p126).

Questionamos, inclusive, as aulas prontas, em um momento histórico em que a criatividade, o raciocínio, a capacidade de resolver problemas, enfim o conhecimento tem papel estratégico. Para Harvey, neste período particular do capitalismo, o conhecimento tem papel estratégico para o processo de desenvolvimento:

As parcerias público-privadas... - Vera Maria Vidal Peroni

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas também aqui podemos ver uma renovação do interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. (HARVEY, 1989, p. 151)

Outro questionamento das aulas prontas refere-se aos alunos que são objeto destas intervenções. Aqueles que historicamente estiveram à margem do direito à educação hoje chegam à escola, o que acrescenta novos desafios para uma pedagogia inclusiva e de qualidade, e exige profissionais mais capacitados para trabalhar com as questões particulares e não aulas prontas, independente do aluno, como o que constatamos nas parcerias. As aulas prontas são contra tudo o que pedagogicamente já avançamos, além de ir à contramão da sociedade do conhecimento, tão requerida pelos próprios empresários. Verificamos assim uma grande contradição entre o que o próprio capital solicita da escola com a reestruturação produtiva e o que propõe como precarização do trabalho do professor, como na agenda 2020 no RS. Além disso, a autonomia do trabalho pedagógico proporcionaria uma educação mais adequada à sociedade do conhecimento com projetos pedagógicos mais criativos, do que o proposto pelas parcerias em que o material vem pronto e igual para todas as escolas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou trazer uma reflexão acerca do esvaziamento dos direitos universais e as conseqüências para a desigualdade social.

Destacamos que as estratégias propostas pelo neoliberalismo e Terceira Via partem do diagnóstico de que a crise está no Estado. É importante frisar que, com base em autores como Mézàros

(2002), Antunes (1999) e Harvey (1989, 2008), partilhamos da tese contrária, de que a crise atual não se encontra no Estado, é uma crise estrutural do capital. As estratégias de superação da crise como o Neoliberalismo, a Globalização, a Reestruturação Produtiva e a Terceira Via é que estão redefinindo o papel do Estado.

Como o diagnóstico é que os problemas de crise estão no Estado, tanto o neoliberalismo como a Terceira Via têm o mercado como parâmetro de qualidade. A Terceira Via apresenta o discurso da participação da sociedade civil, mas setores vinculados ao mercado têm sido considerados a sociedade civil, como se já tivéssemos superado o capitalismo, a sociedade de classes e como se os interesses vinculados ao capital fossem os interesses da sociedade. É o que temos observado, por exemplo, no Rio Grande do Sul, com a agenda 2020, ou com o próprio movimento todos pela educação em nível nacional, em que os empresários ditam as políticas públicas de educação, com um discurso de que é democrático e a sociedade está participando. A agenda educacional tem sido ditada por um setor da sociedade, que detém poder financeiro e de mídia para falar em nome dela. Com a teoria neoliberal, era explícito o combate à democracia e o vínculo como o mercado. Na prática, as duas teorias convergem, não apenas no diagnóstico, mas também enquanto resultados, pois o mercado acaba ou influenciando ou até mesmo definindo a agenda pública.

Também com a parceria público/privada e o fortalecimento do terceiro setor, o privado acaba influenciando ou definindo o público, não mais apenas na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação.

É o que Harvey (2008) chama de "mercadificação de tudo", com conseqüências graves para a desigualdade social, já que os direitos sociais materializados em políticas universais acabam cedendo lugar à políticas fragmentadas e focalizadas. Com as mudanças no conceito de igualdade também as políticas individualizadas, focadas em desenvolver habilidades e capacidades, com o retorno à teoria do capital humano, à meritocracia, onde o sucesso e o fracasso são por conta e risco dos clientes no mercado, e não mais uma pauta de direitos universais para sujeitos sociais.

ABSTRACT

This work presents part of a study of the changes taken place in this particular period of capitalism and in the role of State which redefine the border between public and private, and some partnerships in education that materialize this proposal. It analyzes the relationship between the neoliberal diagnosis – incorporated by the Third Way- that puts the “blame” of the crisis on the State, and the strategies that propose the displacement from State to society of the execution of social policies, adopting what remains as a property of the State the orientation of market, which is considered a parameter of efficiency. With the public/private partnership and the strengthening of the third sector, what is private ends up shaping or defining what is public, not only in the agenda, but also in the execution of policies, defining the contents and the management in education.

Key words: third way; public/private partnership in education; educational policies; democratic management; redefining the role of the state.

RESUMEN

Este trabajo presenta una parte del estudio sobre los cambios en este período particular del capitalismo y en el papel del Estado, que redefinen las fronteras entre lo público y lo privado y algunos acuerdos en educación que materializan esta propuesta. Analiza la relación entre el diagnóstico neoliberal, incorporado por la Tercera Vía, de que el Estado es el “culpable” por la crisis, y las estrategias que proponen el desplazamiento de la ejecución de las políticas sociales del Estado para la sociedad; lo que queda como propiedad del Estado adquiere por su parte la orientación del mercado, considerada parámetro de eficiencia. Con el acuerdo público/privado y el fortalecimiento del tercer sector, lo privado acaba influenciando o definiendo lo público, ya no más únicamente en la agenda, sino que también en la ejecución de las políticas, definiendo el contenido y la gestión de la educación.

Palavras clave: terceira via; acordo público/privado en la educación; políticas educacionales; gestión democrática; redefiniciones en el papel del estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995.
- BRASIL. Lei n.º.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF, 1996.
- FERNANDES, R. C. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1984.
- GIDDENS, A. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIDDENS, A. (org.). *O debate global sobre a Terceira Via*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____. *O neoliberalismo história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa*. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. Londrina: Planta, 2004.
- MARK LATHAM. A terceira via: um esboço. In: GIDDENS, Antony (org.). *O debate global sobre a Terceira Via*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- MÉSZAROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NAIDITCH, S. A cruzada de Gerdau ímpeto messiânico. *Revista Exame*. p. 83-85, 2 de julho de 2008.
- PERONI, V. M. V. *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.
- PERONI, V. M. V. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. In *ECCOS: Revista Científica*. Vol. 8, p. 111-132, jan./jun., São Paulo, 2006a.
- PERONI, V. M. V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal*:

As parcerias público-privadas... - Vera Maria Vidal Peroni

entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006b.

PERONI, V. M. V. Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado. In: Revista SIMPE – RS, p. 11-33. Porto Alegre, 2007.

PERONI, V. M. V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. Público e privado na educação novos elementos para o debate. São Paulo, Xamã, 2008.

SENNA, V. O Programa Acelera Brasil. In: Em aberto. vol.17, n.71. Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2000. pp. 145-148.

STEPHEN D., MARTELL, L. A esquerda, a direita, a terceira via. In: GIDDENS, A. (org.). O debate global sobre a Terceira Via . São Paulo: Editora UNESP, 2007 .

WOOD, E. M. Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Sites:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/>

<http://agenda2020.org.br>

<http://senna.globocom/institutoayrtonsenna/>

<http://www.unibanco.com.br/>

http://www.serasa.com.br/cidadania/terceirosetor/terceirosetor_incentivos.htm/

Recebido em 20 de março de 2009.

Aceito em 30 de abril de 2009.